

## Resposta ao questionário da CACISC

Coligação “Com a Força do Povo” (PDT/PSD/REDE/PTB/PC do B).

1 – A Secretaria do Interior e Transporte tem a dotação de R\$ 1,8 milhão segundo a LDO 2017 enviada à Câmara. Serão com estes recursos, mais o que for possível realocar das verbas da Secretaria da Agricultura e Pecuária (R\$ 1,7 milhão), que serão feitas as obras consideradas prioritárias para 2017, definidas em comum acordo com as Entidades do setor primário. Mais as parcelas do ITR, sendo impossível precisar a data, pois tudo dependerá do estado do maquinário e de outras variáveis.

2 – O estacionamento rotativo é necessário em algumas vias do centro do Município. Porém, deve ser auto sustentável, sem onerar os cofres públicos. A velocidade da implantação dependerá das formalidades legais que envolvem a definição da cobrança e da definição de qual pessoa jurídica poderá operar o sistema.

3 – A implantação de um Programa de Qualidade que atenda as peculiaridades do serviço público municipal será uma atribuição da Secretaria de Administração em parceria com a Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Caberá aos titulares das pastas a formatação das estratégias e do cronograma a ser desenvolvido durante os 4 anos da



gestão. Alguns dias atrás participei dos “case” de Canoas e Porto Alegre. Claro que com transparência.

4 – O vídeo monitoramento já foi estudado pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), havendo estudo sobre a necessidade de sua implantação que será feita conforme a disponibilidade da Secretaria da Indústria e Comércio. Importante buscar Projetos do Governo Federal, como já ocorre no Município de Bagé.

5 – A segurança pública é atribuição do Estado. O Município pode colaborar nas ações, como já tem feito através do GGIM, sem avocar para si mais responsabilidades legais e financeiras.

6 – A UPA foi um projeto da minha administração e será ativada no primeiro semestre de 2017, com recursos da Secretaria Municipal da Saúde, juntamente com o Estado e União, no que lhes cabe o programa. Conforme foi assinado convênio mais de 20 estão em funcionamento no Estado.

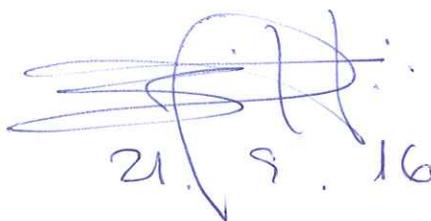
7 – O camelódromo foi uma reivindicação empresarial atendida em administrações anteriores. Se sua finalidade estiver sendo deturpada a Prefeitura agirá através de setores competentes (SMIC, Procuradoria Jurídica, entre outros).



8 – A atualização do Plano Diretor é uma obrigação legal e uma necessidade para o futuro planejamento da ocupação urbana, mas tal entendimento necessita da concordância dos legisladores da Câmara que darão a última palavra aprovando ou não as alterações. Buscaremos a parceria com a UFSM (engenharia e arquitetura), UERGS, ULBRA e UAB.

9 – O Município possui uma Lei de Incentivo (Prodic) que permite apoio às indústrias. Ela será a base da atuação política visando a implantação do setor. O Distrito Industrial do Porto não é do Município, mas será alvo da atenção da SMIC. O Estado deverá repassar a área do distrito industrial do porto para o Município.

10 – O Orçamento Municipal de 2017, o primeiro da futura administração é de responsabilidade do atual Prefeito que já o encaminhou para apreciação dos vereadores no valor total de R\$ 251 milhões.



21. 9 . 16